

SANTO ANTÔNIO DE ARGUIM E SANTO ANTÔNIO DE LISBOA DA IGREJA DO
CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE SALVADOR/BAHIA

*SANTO ANTÔNIO DE ARGUIM E SANTO ANTÔNIO DE LISBOA DA IGREJA DO
CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE SALVADOR/BAHIA*

*SANTO ANTÔNIO DE ARGUIM E SANTO ANTÔNIO DE LISBOA DA IGREJA DO
CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE SALVADOR/BAHIA*

Maria Helena Ochi Flexor *

RESUMO

Santo Antônio, que viveu entre o final do século XII e parte do XIII, não teve vida longa. Ingressou no Convento dos Agostinianos, mas o trocou pelo Convento dos Franciscanos, chegando a conviver com São Francisco de Assis. Os séculos em que eles viveram foram bastante árduos para os europeus. Foi quando se deram os surtos de grandes calores e de invernos rigorosos, que provocaram grandes fomes. Antônio e Francisco se voltaram para atender os pobres, castigados pelos fenômenos naturais o que fez este último religioso se voltar para a natureza. Busca-se, sobretudo, os motivos que levaram o religioso lisboeta a se tornar tão popular, a ponto de ser tratado como familiar, atribuindo-se-lhe muitos milagres e lendas, na Europa, nas conquistas lusas, na América Portuguesa e, em específico, a primeira capital do Brasil, Salvador, como se denominava então, a Bahia.

Palavra-chave: Santo Antônio de Arguim; Santo Antônio de Lisboa; Santo Antônio de Pádua; Popularização de devoções; Bahia.

ABSTRACT

Saint Anthony, who lived between the end of the twelfth century and part of the thirteenth, did not have a long life. He joined the Convent of the Augustinians, but exchanged it for the Convent of the Franciscans, coming to live with St. Francis of Assisi. The centuries in which they lived were very arduous for Europeans. It was when outbreaks of great heat and severe winters took place, which led to great famines. Antonio and Francis turned to serve the poor, punished by natural phenomena, which made the latter religious turn to nature. It seeks, above all, the reasons that led the Lisbon religious to become so popular, to the point of being treated as a family member, attributing to him many miracles and legends, in Europe, in the Portuguese America, in particular in the first capital of Brazil, Salvador or as Bahia was then called.

Keywords: Saint Anthony of Arguim; Saint Anthony of Lisbon; Saint Anthony of Padua; Popularizations of devotions; Bahia.

RESUMEN

San Antonio, que vivió entre finales del siglo XII y parte del XIII, no tuvo una larga vida. Ingresó al Convento de los Agustinos, pero lo cambió por el Convento de los Franciscanos, llegando a vivir con San Francisco de Asis. Los siglos en que vivieron fueron muy arduos para los europeos. Fue cuando se produjeron brotes de gran calor e inviernos severos, que dieron lugar a grandes hambrunas. Antonio y Francisco se volvieron para servir a los pobres, castigados por los fenómenos naturales, lo que hizo que este último religioso se volviera hacia la naturaleza. Se busca las razones que llevaron al religioso lisboeta a hacerse tan popular, hasta el punto de ser tratado como un miembro de la familia, atribuyéndole muchos milagres y leyendas, en Europa

* Possui graduação em História (1961) e doutorado em História Social (1980) pela Universidade de São Paulo. É professora emérita da Universidade Federal da Bahia. Foi professora da FAAP e PUC/SP. Professora da Faculdade de Arquitetura e depois, da Escola de Belas Artes onde trabalhou 24 anos no Centro de Estudos da Arquitetura. Foi premiada com a publicação dos livros *Igreja e Convento de São Francisco da Bahia* e *Conjunto do Carmo de Cachoeira*, do Iphan. Recebeu o título de Cidadã Soteropolitana, em 2008, concedido pela Câmara de Vereadores de

y las conquistas em la America portuguesa, em particular la primera capital del Brasil, Salvador , como se llamaba entonces Bahía.

Palabras clave: San Antonio de Arguim; San Antonio de Lisboa; San Antonio de Padua; Popularización de devociones; Bahia.

ORIGENS

Para o povo português, Santo Antônio projetou-se como uma das referências mais fortes no imaginário coletivo (PACHECO, 1996, p. 15). O surto de devoção a Santo Antônio deu-se somente entre os séculos XV e XVI, contemporâneo ao povoamento das conquistas portuguesas. Nos inícios dos anos setecentos já se encontravam capelas tendo o Santo como orago na Bahia.

O culto a Santo Antônio divulgou-se pela Bahia graças aos frades franciscanos mas, como santo português, também teve os jesuítas como emissários. Desde cedo ele foi alvo da devoção desses religiosos, por ter sido, ele mesmo, um franciscano. Consta que, só tardiamente, por súplica dos seguidores de Francisco de Assis, na Bahia, D. João V passou a Carta Régia, de 30 de agosto de 1707, em que permitia que esses religiosos colocassem a Igreja de São Francisco - que abrigava Santo Antônio -, sob a proteção régia (RIBEIRO, 1946).

Na Península Ibérica havia várias Províncias franciscanas bastante antigas. Os primeiros franciscanos que vieram para América, oito ao todo, acompanhavam Pedro Álvares Cabral, mas não permaneceram no Brasil. Muitos anos depois, a partir de 12 de abril de 1585, o grupo dos fundadores franciscanos se instalou fora dos muros da cidade e logo iniciou as atividades apostólicas, expandindo conventos, erigindo igrejas, aceitando missões entre os índios e cura pastoral entre os demais habitantes no Nordeste brasileiro. A expansão foi rápida, de modo que, em 1647, a Custódia tornou-se independente da Província-mãe de Portugal e a 24 de agosto de 1657, pelo Breve *Ex commissi nobis*, do Papa Alexandre VII, foi elevada a Província de Santo Antônio (TITTON, s.d. p. 312).

Santo Antônio - Fernando de Bulhões, nome de batismo¹ -, nasceu em 119(?) em Lisboa, faleceu em Pádua, na Itália, em 1231, tinha entre 35 e 36 anos. Foi santificado um ano após a sua morte, em 1232, pelo Papa Gregório IX. Iniciou sua vida religiosa aos 20 anos como Agostiniano, no Convento de São Vicente de Fora, em Lisboa, mudou para um segundo convento, a convite de Francisco de Assis, porém viveu mais tempo na França e Itália.

Particularmente, os portugueses que vieram para as terras do Brasil, devem ter trazido suas imagens como devoção pessoal, por ser também um santo dos mais populares, conforme atestam os oratórios, elencados nos inventários e testamentos, existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia.

Uma das primeiras imagens de devoção pública e popular, na Bahia, tinha a invocação de Santo Antônio de Arguim. A coincidência singular de, tanto na Madeira, quanto na Bahia, Santo Antônio aparecer sob a invocação de Arguim, se deve ao fato de, até ser criado o Bispado da Bahia, as igrejas e paróquias brasileiras e baianas estiveram ligadas ao Arcebispado de Funchal, ao qual pertencia também Arguim. Extinto em 1551 o Arcebispado madeirense, as respectivas igrejas e paróquias passaram a ser sufragâneas ao Arcebispado de Lisboa, seguindo as suas Constituições (1537, 1588). E assim permaneceu a Bahia e o Brasil até a primeira ser elevada à Sede Metropolitana e Primacial do Brasil, em 1676, sem Constituições próprias até 1707.

¹ Sobrenome suposto.

O tema das invocações de Santo Antônio, acabou despertando interesse sobre os destinos que a devoção tomou no Brasil. Em consequência, foi estabelecida a parceria num artigo, via internet, (FLEXOR) com um professor da Universidade da Madeira, com o título *Santo Antônio de Arguim: o primeiro padroeiro de Salvador, da Bahia, no século XVI* (SILVA, 1937, v. 5).

Segundo Soares (1942, p. XVII), “A lenda marchetou de milagres a vida de Santo Antonio”. Uma dessas lendas mostra a origem da devoção de Santo Antônio de Arguim, em Salvador.

Como dizia Jaboatam (1756, v. 1, p. 81), “[...] não veio o santo em pessoa, mas mandou-nos uma imagem sua que bastou a desempenhar quanto por si próprio podia fazer”. O mesmo autor, - cronista franciscano do Setecentos -, dizia que constava do arquivo do Convento a narrativa de 1595, segundo a qual uma frota teria partido da França com o objetivo de destruir a cidade da Bahia.

Silva registrou “12 velas”, mas ressaltou apenas o nome de três navegantes. Afirmou, categoricamente, que vinham “[...] com o destino de se apoderarem desta capital” (SILVA, 1937, v. 5, p. 156), isto é, a Bahia, como chamavam Salvador. Eram três franceses luteranos capitaneados pelo primeiro: “Pão de Milho (Pain de Mie)², Mal Virado e Eliscio” (e já usavam a língua portuguesa).

De fato, os franceses saíram do porto de *La Rochelle*, no Sul da França. A pesquisadora Martine Linares, em entrevista concedida a autora, em 6 de agosto de 2009 (FLEXOR), - e que viera a Salvador em busca da imagem de Santo Antônio de Arguim -, identificou o nome do capitão Pão de Milho. Tratava-se de Jean Millet, natural de *Sanjou*, que partiu com a frota de *La Rochelle*.

Conta a lenda que, passando pela pequena fortaleza portuguesa na costa africana, na ilha de Arguim, os franceses atacaram a população, “a igreja e destruíram a fortaleza”, tomaram a imagem de Santo Antônio, que estava na ermida e a embarcaram em uma das suas naus.

43

Submeteram a imagem do santo a ataques de cães e golpes de espada, somando isso às zombarias, durante a travessia do Atlântico, deixando a imagem mutilada. Esta chegou à Bahia cheia de marcas, sem uma das mãos e dedos dos pés, com “feridas” no nariz, mas foi cultuada por muito tempo dessa forma, na primeira igreja franciscana, então com a fachada virada para a atual ladeira, ao lado da igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Salvador.

Conta ainda a lenda que, em função de um milagre, - a despeito de ter ficado pendurado por cordas, presas por pregos em suas costas, amarrado na proa da embarcação francesa -, o santo chegou a seu destino. Durante todo trajeto, seus tripulantes gritavam: “guia Antônio, guia, guia para a Bahia” (LIVRO DOS GUARDIÃES, 1978, p. 79; PITA, 1976, p. 100). Segundo a lenda, os franceses falavam português, mas, segundo Gaspar (2002, p. 139), o santo guiava para qualquer lugar, exemplificando: “Meu rico Santo Antoninho/ Ó meu Santo marinheiro,/ Levai-me na vossa barca, / Para o Rio de Janeiro”.

A lenda relatava que Arguim, em especial a fortaleza, tinha sido destruída, mas não houve a destruição, pois, no início do século XVII, Mocquet, aventureiro francês, que a visitou em 1601, citava toda a região pelo nome genérico de Líbia, contando que de toda a Líbia se ia buscar água no porto de Arguim - ilha na costa ocidental da Maurítânia -, que estava a seis ou sete léguas de Cabo Branco e se

² Embora o milho fosse conhecido na Europa, no fim o século XVI, supõe-se que o nome do capitão foi mal traduzido, pois “Pain de Mie” designava um tipo de pão francês, equivalente ao pão de migalha. É o nome dado, na

situava sobre uma pequena ponta elevada. A fortaleza tinha alguns soldados portugueses e um capitão. Só cerca de 80 anos depois a fortaleza foi arrasada por outros franceses (MOCQUET, 1992 *apud*, v. 3).

Enquanto isso, a devoção a Santo Antônio, em Arguim, foi sendo alimentada e, nos meados do século XVII, o capitão Diogo de Aragão Pereira substituiu seu altar e o mandou dourar, pedindo, depois, para o enterrar no espaço em frente desse mesmo altar, mantendo-se ali apenas uma pequena guarnição. Além disso, os contínuos ataques corsários de franceses, ingleses e holandeses, também, dificultaram a já precária situação da velha feitoria portuguesa de Arguim, que fora criada em 1445 (CRONOLOGIA das feitorias portuguesas, 1445).

A tradição oral foi enriquecendo, progressivamente, o fato e a lenda. Conta-se que supliciado e jogado ao mar nas costas do Brasil, - supostamente perto do Morro de São Paulo na Península de Cairú -, a imagem do Santo foi encontrada a 12 léguas do centro de Salvador, nas pedras de Itapuã. A lenda diz que, no mesmo dia, um temporal fez naufragar quase toda a frota francesa; outros afirmaram que alguns morreram de epidemia. Só a nau, que conduzia o Santo, foi salva e seguia desgovernada, indo dar na costa de Sergipe. Salvos, os naufragos foram presos e remetidos para a Bahia, então sob o governo de D. Francisco de Souza (1591-1602), de nomeação filipina, durante o período da união das Coroas Ibéricas. Contam outros, como Silva (1937. v 5), que os franceses chegaram, a capital de Sergipe, onde foram presos e remetidos de volta para Salvador.

Consta que, nas praias de Itapuã, a escolta que conduzia os prisioneiros encontrou a imagem de Santo Antônio de Arguim, em pé numa pedra, a despeito da areia movediça, movimentada pela maré e ventos. Conduzindo o Santo pela praia, encontraram um homem que solicitou, com muita veemência, que lhe dessem a imagem para colocá-la em sua ermida. Esse homem era Francisco Dias d'Ávila, neto do titular e Senhor da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, evidentemente. Se a história é verdadeira, devia tratar-se do próprio Garcia d'Ávila, que faleceu em 1609, e o neto tinha, então, perto de 15 anos. Segundo informação de Bandeira (2000), Francisco Dias d'Ávila nasceu por volta de 1580 ou pouco depois, tendo, portanto, em 1595, uns 15 anos e tinha como procurador Manoel Pereira Gago, que o ajudaria a cuidar da herança, que recebera depois morte de seu avô (BANDEIRA, 2000)³.

Ao tomarem conhecimento de que Santo Antônio dera à costa da Bahia, os franciscanos, sabendo das “maravilhas do Senhor em seu Santo”, foram buscá-lo nas mãos de Garcia d'Ávila e levaram-no solenemente para a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda. E, no dia 3 de dezembro de 1595, a imagem foi conduzida para o convento franciscano, com acompanhamento da população (WILLEKE, 1978).

Santo Antônio passou a ocupar o altar próprio na antiga igreja franciscana. Todos esses fatos estavam relatados em documentos guardados no convento, ao qual Jaboatam (1756) fez referência. O altar foi feito por ordem do então Bispo, D. Antônio Barreiros, mas os relatos teriam sido roubados por um frade espanhol (SILVA, 1937, v. 5). A procissão de transferência da imagem foi datada, por Silva (1937, v. 5) em 24 de dezembro, enquanto Frei Willeke (1978) afirmou ter sido em 3 de dezembro, embora o próprio registro, feito pelos guardiães (LIVRO DOS GUARDIÃES... 1978) não faça qualquer referência à chegada do Santo em 1595.

O dia 20 de dezembro era a data mais correta, em se tratando da “Quarta Dominga do Advento”, quando se festejava Santo Antônio. Também se festejavam as “tres Paschoas” do Natal, Ressurreição e Espírito Santo, além do dia da Ascensão do Senhor, *Corpus Christi*, Assunção de Nossa Senhora,

³ A maioria dava-se, então, apenas aos 25 anos.

Dia de São Francisco, da Conceição e Semana Santa, como se notificava em 1726 (ATAS CAPITULARES, 1970).

Festejavam Santo Antônio que, além de ser padroeiro da Província franciscana, tinha a festa prevista pelas Ordenações Filipinas, como festa “del Rey”, patrocinada pelo Senado da Câmara (SILVA, 1937; FLEXOR, 1974).

A maior parte dos autores dá a entronização dessa imagem, na antiga Igreja de São Francisco, num domingo, véspera de Natal, quando se passou a comemorar a sua festa, isto é, na Quarta Dominga do Advento, o dia de seu traslado para a igreja do convento. Foi numa de suas festas, a 20 de dezembro de 1686, inclusive, que se lançou a pedra fundamental da construção do novo convento (LIVRO DOS GUARDIÃES DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA BAHIA, 1587-1862., 1878, p. 13), confirmando a data, dada pelo Deão da Sé, Pedro do Campo, depois de questionamento feito pela população. Essa enquete e confirmação foram feitas a pedido do Guardiã, Frei Francisco dos Anjos, em função do documento ter sido roubado, como foi dito anteriormente (SILVA, 1937).

Provavelmente, 1595 esteja mais próximo do fato, visto que registros do Senado da Câmara têm essa data e nesse período o Brasil estava sob o Governo espanhol e sob o Bispado de Antônio Barreiros.

Santo Antônio de Arguim, Primeiro Padroeiro da Bahia

Segundo Jaboatam (1858-1862), o Senado da Câmara e a Cidade de Salvador tomaram-no como padroeiro, como consta da Ata da Câmara, de 24 de novembro de 1595, e ordem do Governador Rodrigo da Costa. O Rei Felipe II, de Portugal e III de Castela ordenou, por Carta Régia, de 21 de abril de 1618, que se festejasse o Santo na Quarta Dominga do Advento, o último domingo antes do Natal. O Rei recomendou que se fizessem muitas festas, esperando que, por intercessão do Santo português, o Brasil ficasse livre dos inimigos, no caso, os holandeses, que estavam em Pernambuco. Em 1645, o Governador Antonio Teles da Silva reafirmou o título de padroeiro como perpetuidade, devido à expulsão dos holandeses.

O Cônego Manoel de Aquino Barbosa (1950, v. 2), antes de discorrer sobre o patrono oficial da Cidade da Bahia - como era chamada Salvador -, o jesuíta São Francisco Xavier, - escolhido em 1686 e 1855 como padroeiro oficial dos soteropolitanos, com comemoração no dia 10 de maio, por os ter livrado da febre amarela e da cólera, respectivamente, nos anos citados - tentou mostrar que não existia documento que indicasse Santo Antônio de Arguim, como padroeiro, além de apontar as Onze mil Virgens -, na realidade Onze Mártires Virgens -, como as primeiras padroeiras de Salvador, quando, como padroeira do Reino Português, foi indicada bem antes Nossa Senhora da Conceição⁴, na sua conquista na América, com uma placa “plantada” na Praça, perto de onde foi erguida a Casa de Câmara e Cadeia. O Cônego classificou o Santo Antônio como segundo protetor, segundo ele “assim considerado pela opinião popular”.

Na prática, os camaristas, em 8 de dezembro de 1597, formaram uma Confraria de Santo Antônio de Arguim, “[...] pelo muito que esta cidade e capitania lhe devia pelos milagres que Nosso Senhor fizera por sua intercessão” (PMS, 1949, p. 28). A confraria foi constituída pelos chamados “homens da governança”, com cargos perpétuos, que ficaram com a incumbência de realizar as festas e as procissões

⁴ Desconhecendo as antigas padroeiras, as Onze Martires Virgens (XI MM VV, inscrição na lápide do túmulo), e Nossa Senhora da Conceição de Portugal, mudou-se, a invocação acrescentando Aparecida que foi proclamada Rainha do Brasil e sua Padroeira Principal, em 16 de julho de 1930, pelo Papa Pio XI. A imagem já havia sido coroada

anuais de Santo Antônio de Arguim. A primeira invocação de Arguim deu origem a uma capela, na própria Casa de Câmara e Cadeia, que serviu à irmandade e, depois, “se destinou aos presos”. Assim, em princípio foram os franciscanos que levaram a primeira imagem para sua antiga igreja, no entanto, quando ela foi trocada pela de Santo Antônio de Lisboa, diz-se que o escrivão da Câmara, João de Couros Carneiro, teria tomado para si a imagem que veio de Arguim.

O Iphan publicou a obra póstuma, prefaciada e anotada por frei Venâncio Willeke, o “Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia: 1587-1862, em 1978, na qual esse estudioso franciscano resgatou alguns documentos, relativos à introdução da devoção de Santo Antônio de Arguim, na Bahia. Informou que os primeiros registros estavam na Câmara.

Segundo documento de 1739, lavrado pelo citado escrivão da Câmara, João de Couros Carneiro, para que os portugueses tivessem êxito na restauração de Pernambuco, a Câmara da Bahia, em reunião de 22 de novembro de 1645, encarregou o padre vigário Felipe Viegas, ou Vinegas, de rezar uma missa de ação de graças, no altar de Santo Antônio, na antiga Igreja do Convento de São Francisco. Na mesma oportunidade, a Câmara fazia um voto perpétuo de, além de rezar “uma capela de missas” e realizar procissão solene todos os anos, oferecer uma festa, no dia em que Recife se visse livre dos holandeses, e que mandaria executar, em prata, uma imagem do Santo, do tamanho daquela que estava no altar franciscano. Pagariam, ainda, pelas rendas da Câmara, dez mil réis por ano, para o Convento, além da festa que ela própria deveria promover. Os holandeses ocuparam Pernambuco por 24 anos. Tentaram invadir a Bahia, mas o período mais longo que conseguiram permanecer não atingiu um ano, entre 1624 e 1625. A libertação de Pernambuco foi atribuída, então, à milagrosa intervenção de Santo Antônio. Os pernambucanos ainda proclamaram com fervor: “Milagroso / Santo Antônio / Nosso padroeiro/Enche de alegria/Pernambuco inteiro” (LIRA, 2008, p. 1), de acordo com o imaginário popular.

Santo Antônio era tão importante no século XVII que, mesmo sendo franciscano, foi homenageado por um jesuíta, também Antônio, Antônio Vieira. Com as tentativas de invasão da Bahia, pelos holandeses, Vieira fez um sermão, no dia 13 de junho de 1638.⁵ Com a palavra, o jesuíta fechava o cerco contra os holandeses. O Salvador defendia os muros e Santo Antônio os antemuros “[...] porque sendo a Bahia, Bahia de Todos os Santos, a todos os Santos pertencia a defesa dela. Logo se a todos os Santos pertencia a defesa da Bahia, por isso a defendeu Santo Antônio, porque Santo Antônio sendo um só, é todos os Santos” (ALMEIDA, 1940, p. 227). Dizia, ainda, que Santo Antônio ocupava todas as “seis gerarchias”, ou hierarquias do céu.

Pernambuco foi restaurado em 1654, mas, com o passar dos anos, os vereadores da Bahia acabaram por não satisfazer o voto por completo, isto é, de mandar fazer uma imagem do Santo toda de prata, - bem típica do Seiscentos -, de influência indubitavelmente espanhola. E, em 1705, a Câmara prometia, mais uma vez, mesmo com atraso, honrar os compromissos dos vereadores do passado. Nessa oportunidade, declaravam: “[...] e porque hoje mais que nunca necessitamos dos favores do dito Santo, não só pelas grandes guerras que de presente há em Portugal, senão também pelas que se presume pode haver na Bahia, e ser o dito Santo o primeiro protetor da cidade” (LIVRO DOS GUARDIÃES..., 1978, p. 81).

Nessa ocasião, a Câmara desistia da imagem de prata e pedia que o governador, D. Rodrigo da Costa, comutasse o voto antigo, mandando, em seu lugar, sentar praça ao glorioso Santo Antônio.

⁵ Essa data e dia, no ano citado, está incorreta, pois ainda se comemorava Santo Antônio no dia 20 de dezembro.

Há, no entanto, várias notícias que dão conta dos festejos que foram realizados anteriormente. Segundo Jaboatam (1858-1862, p. 259), o lançamento da pedra fundamental do novo convento deu-se a 20 de dezembro de 1685, Quarta Domingo do Advento, “[...] dia memorável, em que se costuma celebrar nesta casa, a festa do glorioso Santo Antônio, com o título de Arguim, pela Câmara [...]”. Essa data foi corroborada por outros autores, como Sinzig (1933), e pelo Livro dos Guardiães (1978). A Câmara promovera procissões em outros anos, segundo Willeke (1978), - que localizou informações, a respeito, em documentos do Arquivo Histórico Ultramarino -, referentes ao ano de 1694.

Nos finais de 1641, com a diminuição das receitas da Câmara, - resultante das dificuldades dos confrontos com os holandeses e dos gastos com as “festas da Aclamação” de D. João IV, restaurador da dinastia dos Bragança -, não havia verbas para a festa do Santo. O Procurador da Câmara apresentou o assunto aos vereadores em 4 de dezembro, insistindo “[...] que tratassem de fazer a festa” (PMS, 1950, v. 1, p. 214), nem que fosse à custa das futuras rendas. Quase nas vésperas da festa, a 20 de dezembro, o Procurador voltou a levantar o assunto, recebendo como resposta que “[...] a dita festa se havia de fazer e que para ela se empenhassem e vendessem as salvas de prata e tinteiro, que havia na Câmara, e que assim lhes ordenaram fizesse” (PMS, 1950, v. 1, p. 218).

Nesse ínterim, o Santo passou a ser festejado em 13 de junho, dia de preceito em toda a América, por determinação da Bula de 1722, do Papa Inocêncio XIII. A partir dessa Bula, o dia 13 de junho seria feriado no Brasil, sendo extinto o feriado por Pio IX, em 1852 (LIRA, 2008).

Em 1739 o escrivão da Câmara, João de Couros Carneiro, atestara, por certidão, que na Quarta Domingo do Advento se fazia todos os anos, por conta das rendas da Câmara, - com assistência da Vereação e do Cabido da Arquidiocese da Bahia -, uma procissão ao redor do adro da Igreja de São Francisco e uma festa com o Santíssimo exposto. Essa informação referia-se à documentação anterior a 1626, que fora queimada pelos holandeses. Dizia que a festa era feita em homenagem a Santo Antônio [...], “com aditamento de Arguim, derivado do antigo incidente, que consta por tradição, e não do arquivo atual deste Senado, por ser o caso anterior à tomada da terra pelos holandeses, que puseram fogo e queimaram o cartório que então havia” (LIVRO DOS GUARDIÃES..., 1978, p. 84).

Um documento de 1741, do Conselho da Câmara, referia-se a uma imagem que, “[...] por antiga, se acha mui danificada [...]” (LIVRO DOS GUARDIÃES..., 1978, p. 85-86). Pedia uma esmola a D. João V para promover melhorias no altar e juntavam uma certidão antiga, - do mesmo escrivão João de Couros Carneiro -, que confirmava que a capela estava sob a proteção real. Nesse sentido solicitaram, em 1749, as sobras da consignação do contrato das bolachas, para restaurar a imagem do Santo e o altar que, segundo declaravam, estava sem forro e despido de ornamentos (LIVRO DOS GUARDIÃES..., 1978).

Nas notícias dadas pelos guardiães do Convento ainda havia referências à imagem de Santo Antônio de Arguim em 1746-1748, quando se dourava novamente a capela e, em 1755-1756, se completaram as sanefas das sepulturas correspondentes ao seu altar (LIVRO DOS GUARDIÃES..., 1978). Ainda se realizava a procissão. Na ocasião, a Câmara protestava contra o Cabido, resolvendo não o convidar para participar de toda a solenidade, até que D. José I resolvesse um impasse criado pelos religiosos, pois os camaristas tinham sido “destratados” pelo mesmo Cabido, por ocasião da festa de aclamação de D. João V (PMS, 1996, v. 10).

Santo Antônio de Lisboa

A imagem de Santo Antônio de Arguim, mesmo danificada, - fruto dos maus tratos sofridos durante a viagem pelo Atlântico -, desde o início permaneceu em seu altar na nova Igreja de

São Francisco. Não há nenhum indício de como era essa antiga imagem. Por volta de 1748-1750⁶, - só então, tardiamente, seguindo as recomendações tridentinas, foi trocada a imagem de Santo Antônio, já com a invocação de Lisboa. Uma nova imagem, dos anos 1779-1780 (FLEXOR, 2001) substituiu essa anterior, a qual muitos autores atribuíram, indevidamente, a autoria a Manoel Inácio da Costa.

Santo Antônio ocupa um dos altares colaterais, lado direito, junto ao arco da capela-mor, da Igreja de São Francisco, fazendo par com o altar de Nossa Senhora da Conceição. Aos pés deste altar, - da Conceição -, está a lápide do túmulo do coronel Garcia Pereira d'Ávila, terceiro desse nome, localizada na primeira fileira, - lugar destinado aos patrocinadores junto ao pé do altar -, e patrocinou, também, o altar de Santo Antônio, no lado oposto⁷.

As festividades continuaram. Além daquelas promovidas pela Câmara, o Santo era homenageado, ainda, com fogueira, no largo da igreja, e música de organista - no interior da igreja -, e música dos barbeiros, no mesmo largo externo (CONVENTO DE SÃO FRANCISCO, 1790-1825).

O patrocínio da Câmara ao Santo não era estranho no mundo português. Tem-se notícias de que a Câmara de Lisboa já se reunia na Igreja de Santo Antônio, construída, desde 1326, no local da casa onde ele nascera e que D. Manuel, o Venturoso, cumprindo um voto de D. João II, a transformou na Real Casa e Igreja de Santo Antônio. Desde D. João II, pois, a Câmara administrava os bens e o culto de Santo Antônio. Consta que a Bula *Sedes apostolica licet*, de 24 de janeiro de 1433, expedida pelo Papa Eugênio IV, concedia a Lisboa, a pedido da Câmara, o direito de administrá-la. O Papa liberou a Capela de Santo Antônio, - da jurisdição ordinária do Arcebispado e demais autoridades eclesíásticas da Sé de Lisboa -, passando-a à administração direta da Câmara, isto é, do povo de Lisboa. Com certeza a igreja era administrada pela Câmara desde o século XV. Para que D. Sebastião, ainda menino, ingressasse na Irmandade do Santo, precisou do acordo da Vereação, dada a 13 de junho de 1554. A igreja foi destruída pelo terremoto de Lisboa de 1755 (PACHECO, 1996, p. 36, 38).

48

Essa festa foi incorporada ao calendário oficial, promovida pelas Câmaras. Era uma das chamadas procissões “del Rey”. Essas procissões, regidas pelas Ordenações Filipinas, passaram para a Bahia e o costume prolongou-se até pouco depois da Independência. As procissões reais da Bahia, além da mais importante, a de *Corpus Christi*, eram as de São Sebastião, São Felipe e Santiago, Santo Antônio de Arguim e a de São Francisco Xavier, bem como a de São João. Mais tarde acrescentaram-se outras. A procissão de

[...] São Sebastião [foi] criada em memória do Sereníssimo Rei Dom Sebastião, a de São Felipe e Santiago em ação de Graças da feliz restauração desta Cidade (Lisboa) e a de Santo Antônio de Arguim cuja criação foi por razão dos inimigos a tomar a força em Arguim tratando mal o Santo o faz dar a Costa da dita Capitania [Bahia] e apareceu o Santo em uma pedra em pé (PMS, 1641-1680, v. 1, fl. 68).

Não foi só por estar ligado burocraticamente à Câmara, que Santo Antônio se transformou no Santo do povo. Poderosas razões motivaram sua popularidade. A principal está ligada às tradições dos milagres do grande taumaturgo lusitano. Grande parte dessas tradições - indelévels na memória do povo -, é na verdade, cheia de superstições e tem até seus traços de idolatria. Há, por exemplo, a história de um homem do povo, em Portugal, que se apegara a quatro santos Antônio, cada qual mais milagroso, cada imagem era considerada como uma entidade milagrosa. A mais eficiente, no entanto,

⁶Não há notícias, no “Livro dos Guardiães” ou em outro documento, sobre essa troca, mas é provável que a imagem de Santo Antônio de Arguim tenha sido substituída, pois depois de 1748, desapareceram as referências à invocação de Arguim.

⁷A capela e o altar-mor da Igreja de São Francisco passou por uma reforma completa, entre os anos de 1926 e 1930, quando os altares colaterais, também, sofreram reparos. Segundo notícia de jornal A Tarde, o novo altar de Santo Antônio foi reinaugurado em junho de 1928, com a mesma imagem...

era sempre a imagem do Santo que fora “achada”. Cada qual tinha uma relação individualizada com o alvo da devoção, dizendo: “o meu Santo Antônio é muito milagroso” (O PADROEIRO..., 1923, p. 1).

O imaginário luso-brasileiro, popular e erudito, criou o protótipo de Santo Antônio que, como os heróis só têm qualidades. Esse protótipo mudou sua imagem física e também espiritual. Assim, desde sua meninice, sempre mostrou uma alma piedosíssima. No Convento franciscano tomou para si todos os serviços, os mais baixos, desempenhando-os com a mais religiosa humildade. Além disso, no caso da santidade, os prodígios eram frequentes e, muitas vezes, aconteceram com bastante precocidade na vida do Santo, como, ao começar a falar, as primeiras palavras ditas foram os nomes de Jesus e Maria. Desde os cinco anos fez, em honra a Maria Santíssima, “voto de perpétua castidade” e, dos nove para dez anos, já fazia os primeiros milagres, traçando a cruz nas paredes da catedral ou colando os cacos e restituindo a água a um cântaro quebrado (O PADROEIRO..., 1923, p. 1).

Desde as pinturas e esculturas, efigies ou santinhos, Santo Antônio mudou de feição. De gordo, baixo, e de cabeça hipertrofiada das representações mais antigas (Figura 1), transformou-se, progressivamente, numa figura magra, senhorial, aristocrática, a despeito de ter morrido pobre, como seguidor de São Francisco. As descrições sempre são generosas.

Figura 1 – Santo Antônio e o Menino Vanitas, pintura a óleo sobre madeira, autor anônimo, séc. XVI.



Foto: Convento de Jesus, Setubal. Museu de Arte Antiga de Lisboa.

Em 1923 encontrou-se a seguinte descrição de Santo Antônio na Bahia: “[...] o seu exterior era atraente; sua voz forte, clara, agradável; sua memória feliz, mas da sua eloquência rara tirava a unção com que comovia as multidões” (O PADROEIRO..., 1923, p. 1). Em 1931, por ocasião dos festejos do sétimo centenário de sua morte, dizia-se que era de “[...] estatura mediana, tez morena, rosto descarnado, fronte espaçosa, olhos brilhantes, lábios corados (O VII CENTENÁRIO..., 1931, p. 1).

Esse modelo de imagem é o mais vulgarizado. Ao contrário da imagem mais real (Figura. 1) é sempre representado como um mancebo corado, de face lisa e alegre, tendo nos braços o Menino que lhe foi

...1923, p. 1). Alguns autores acreditam que uma das razões da popularidade do grande taumaturgo era justamente esse aspecto atraente e prazenteiro de suas imagens.

A Contrarreforma Católica, que provocou a realização do Concílio Tridentino, chegou tardiamente ao Brasil. Consta que, em 1605, o 4º Bispo da Bahia, D. Constantino Barradas, tentou fazer as Constituições, mandando guardar as normas portuguesas mais antigas, mas, como não foram impressas, “viciaram-se” (FLEXOR. CONSTITUIÇÕES..., 1853, p. XII, nota 2, p. 207) e ficaram sem cumprimento.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram elaboradas pelo 5º Arcebispo, D. Sebastião Monteiro da Vide, que chegou à Bahia em 1702. Depois de percorrer as paróquias, elaborou as Constituições que foram aprovadas em 1707, publicadas, em Pastoral de 21 de julho, depois de aprovadas pelo Sínodo Diocesano, findo no mesmo mês e ano. Só foram impressas em 1719. Seguiam os modelos lusos, especialmente as Constituições de Lisboa (1537, 1588) e as do Porto (1585; MARTINS, 2014), adaptando-se às demais normas tridentinas.

O Arcebispo cuidou de incluir os usos e costumes da Arquidiocese, especialmente considerando os componentes da sociedade na América Portuguesa: o português, o índio e o negro e as condições específicas da Bahia e do Brasil. Isso explica, por exemplo, as consultas feitas, para a composição das Constituições, às obras de Juan de Solórzano Pereira (1629, 1639, 1996), relativas aos usos indígenas e Jorge Benci (1705) a respeito da educação dos negros, (p. 208); (FLEXOR, 2016, p. 226-228).

As Constituições permitiam a particulares patrocinar edificações religiosas⁹, que estariam sempre limpas, e a chave deveria estar na mão de pessoa devota, que se encarregaria de sua limpeza, de abri-la e fechá-la a qualquer tempo, marcando a participação do leigo na administração religiosa¹⁰. Zelavam, assim, pela aparência dos templos e dos seus ornamentos. Isso mostra que, além das modificações, provocadas pelas modas devocionais e estilísticas, havia as mudanças promovidas pelas irmandades, fiéis ou religiosos nas igrejas dos setecentos e oitocentos, em Salvador. Isso explica também o desaparecimento de peças mais antigas. Na medida em que se estragavam, eram “restauradas” ou substituídas por novas, ou, ainda, no caso da prataria, o metal era fundido e dava origem à outra peça. As dependências e ornamentos das igrejas precisavam estar sempre “decentes”, como diziam, para manter o respeito, a fé e a piedade dos fiéis e afastar as superstições ou atitudes não condizentes com a purificação dos cultos (CONSTITUIÇÕES..., 1853, p. 257-258).

Os visitantes e mais ministros eclesiásticos eram encarregados de zelar pela decência das imagens sagradas e verificar se naquelas “assim pintadas, como de vulto, há algumas indecências, erros, e abusos contra a verdade dos mistérios Divinos, ou nos vestidos, e composição exterior” (CONSTITUIÇÕES..., 1853, p. 257-258). As imagens sem boa aparência ou desgastadas, - se existissem, - junto com as envelhecidas, eram retiradas, mandando-as enterrar nas igrejas, em lugares apartados das sepulturas dos defuntos humanos, então, no recinto da Igreja. Recomendava-se, ainda, que os “retábulos das [imagens] pintadas, seriam tiradas do lugar, sendo primeiro desfeitos em pedaços” (CONSTITUIÇÕES..., 1853, p. 257-258), queimar-se-iam em lugar secreto, e as cinzas se jogariam, com água, na pia batismal, ou se enterrariam, como as imagens. E o mesmo se observaria com as cruzes de pau danificadas.

⁹O Rei dava um dote simbólico, mas a construção das igrejas ficava por conta das esmolas ou patrocínios da população, através das confraternidades, como a própria da Igreja São Francisco e irmandades e ordens terceiras..

As Constituições do Porto (1585), com outras palavras, diziam a mesma coisa (FERREIRA-ALVES, J. 1989, v. 1, p. 45). Não se podia fazer pintar imagens por artistas não conhecidos e não aprovados pelo Bispado ou Provisor. Isso se devia ao fato de, em muitas igrejas do mesmo Bispado, existirem imagens e pinturas de santos “tão mal pintados, que não tão somente [sic], não provocam a devoção a quem as vê, mas antes dão matéria de rir”, e alegavam ainda “outros que não estão pintados conforme a verdade da escritura, e história que representam”. Determinavam que nenhum pintor poderia executar pintura em retábulo ou qualquer outro suporte sem ter licença, antes se deveria “preceder verdadeira informação de como é bom oficial e que pinta as histórias na verdade”. Uma vistória, feita em todas as igrejas, deveria determinar se as imagens e histórias, que se encontravam expostas, estavam em boas condições de serem aceitas, caso contrário, eram obrigados a substituí-las. A desobediência era castigada com excomunhão e 2 mil réis para as obras pias e para o meirinho do Bispado (CONSTITUIÇÕES..., 1853, p. 257-258).

Com isso, o Concílio e, em especial, as Constituições tentavam afastar as crendices e superstições e não permitiam “[...] coisa alguma profana, ou inhonesta”, além de estabelecerem que não deveria existir, - em nenhum retábulo ou altar, ou mesmo fora das igrejas, capelas ou ermidas do Arcebispado -, imagens que não fossem reconhecidas pelas autoridades eclesiásticas e, reafirmando que fossem decentes, se “conformem com os mistérios, vida, e originaes que representam” (CONSTITUIÇÕES..., 1853, p. 256). Seguiam o disposto no Concílio Tridentino, sessão XXV (REYCEND, 1786, p. 351) (FLEXOR). O Concilio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: “Programa da arquitetura e arte sacras no Brasil, 2016, p, 226-228).

O culto às imagens foi um dos pontos mais combatidos pela Reforma Protestante e cuidada pela Contrarreforma Católica. Durante todo o período que se seguiu ao estabelecimento das suas Constituições até o século XIX, o número de invocações de santos foi mais limitado.

51

Após o Concílio de Trento (1545-1563), as imagens de santos e santas e mesmo da Virgem Maria e Jesus Cristo - devido à proibição de uso de imagens que não provocassem a fé dos fieis -, foram representadas com físicos proporcionados e de feições renascentistas. Se passou a reconhecer as invocações apenas pelos atributos, como no caso de Santo Antônio, - com o hábito franciscano, livro e o Menino Jesus nos braços. Os demais santos e santas, e mesmo a Virgem Maria e Jesus Cristo passaram, cada um, a ser reconhecido por atributos específicos que os diferenciavam uns dos outros, através das vestes ou despidos, objetos de suplício, lírios ou flores associadas à pureza e ao bem, objetos de alguma qualidade relativos ao histórico do santo ou santa, rosários, palmas, coroas, mantos, flexas, cruces, espadas, cajados, cachorros, pássaros, instrumentos musicais e mesmo o Menino Jesus, entre outros.

Santo Antônio, segundo consta, teria entrado para a ordem de São Francisco com o propósito de ir para Marrocos, a fim de pregar a fé aos mouros e conseguir a palma do martírio e a santidade. Uma doença prematura, entretanto, não permitiu que executasse esse plano. Conseguiu, da mesma forma, a santidade e operou, além daqueles prodígios já apontados, inúmeros outros milagres verdadeiros ou atribuídos.

As crônicas estão cheias de lendas interessantes e de graças extraordinárias. Algumas são até sobrenaturais, como a que o Santo fez uma parreira seca cobrir-se, num instante, de lindos cachos de uvas; ordenou ao cavalo de um herege que adorasse a Santa Hóstia, e o animal obedeceu-lhe, confundindo e convertendo o dono; ressuscitou um morto para justificar a inocência de seu pai, salvando-o da morte. Um outro teria sido um dos primeiros mais fantásticos milagres. Foi avisado durante um sermão, em Pádua, que em Portugal, seu pai condenado, caminhava para a forca. Pousou por momentos a mão sobre a frente e, milagrosamente, desdobrou-se, foi a Lisboa e o salvou. Nem os ouvintes de

Pádua, Itália, perceberam que, durante aquela rápida pausa, em que o pregador parecia apenas coordenar um pensamento, havia realizado o até hoje discutido milagre do desdobramento da personalidade. E justificou o cronista, a partir disso, a dupla santificação de suas invocações -, Santo Antônio de Lisboa e Santo Antônio de Pádua -, para aquele que nasceu em Lisboa e morreu em Pádua (A POPULARIDADE..., 1941).

Por isso mesmo, Nosso Senhor o assistiu na hora da morte, aos 36 anos de idade; onze meses depois foi canonizado, - como Francisco de Assis -, pelo Papa Gregório IX (1227-1241) que, seis anos após canonizou, também, São Domingos de Gusmão -, e o chamou, Santo Antônio “[...] a arca do testamento, o flagelo dos hereges” (A POPULARIDADE..., 1947, p. 31), de forma que, no dia do primeiro aniversário do falecimento, em vez do ofício fúnebre, celebrou-se uma festa em sua honra. Conta-se ainda que, 32 anos depois de sua morte, se encontrou sua “língua tão fresca” como estava na ocasião do seu traspasse (A POPULARIDADE..., 1941, p. 3).

Mesmo na dinastia dos Filipes, manteve-se o incentivo ao culto antonino, mandando-se rezar missas diárias em intenção da defesa e conservação do comércio da Índia, dos bens e acréscimo do Reino, do Serviço de Deus, do Rei e seus sucessores. Com Portugal “restaurado” e os Bragança no trono, continuou-se a incentivar a devoção.

Santo Antônio de Lisboa, com a restauração franciscana, promovida pelos alemães, em fins do século XIX, em Salvador, foi cedendo seu lugar o Santo Antônio de Pádua, representado exatamente igual ao

Figura 2 – Santo Antônio de Lisboa do altar colateral da Igreja de São Francisco de Salvador



de Lisboa. Os alemães fizeram um transplante cultural de muitas categorias de suas cidades de origem, colocando, aos poucos e por um tempo, o nome de Santo Antônio de Lisboa (Figura 2).

Depois de morto, Santo Antônio viu-se metamorfoseado em guerreiro do “exército”, ou melhor, das tropas portuguesas, protetor do Menino Jesus, sendo consagrado pela própria Igreja, como um santo popular. Conseguiu inúmeras conversões, e tal era o poder de sua palavra que os peixes atentos vinham ouvi-la à beira-mar (VIEIRA, 2009), como faziam com seu mestre São Francisco de Assis. Por isso mesmo, sempre foi invocado pelos pescadores, que acreditavam poder encher suas redes de peixes sempre no dia 13.

Segundo seus biógrafos, Santo Antônio, em vida dominava a palavra e, por meio dela, persuadia, catequizava e seduzia aos limites com seus sermões.

Para animar o moral de suas tropas, numa batalha contra os espanhóis, D. Afonso VI fez Santo Antônio sentar praça no corpo de Infantaria, como soldado do batalhão do Algarve. D. Pedro II o promoveu a capitão, e D. João V dedicou-lhe um monumento em Mafra. Há pequenas divergências sobre o fato entre os autores. Segundo Amaral (1922), foi D. João IV quem o alistou como praça do 2º Regimento de Infantaria. Falecendo D. Afonso VI, a 12 de agosto de 1683; seu irmão, D. Pedro II, promoveu-o a capitão, a 12 de setembro, atendendo a instâncias dos frades de Santo Antônio do Rio de Janeiro. A primeira versão é a mais viável.

Figura 3 – Detalhe da imagem de Santo Antonio, entronizado como patrono do Forte da Barra. Hoje com farol do século XIX.



Foto de Almir Bindilatti. 2009.

Em Salvador, a imagem e o nome foram colocados no Forte de Santo Antônio da Barra, na Ponta do Padrão (Figura 3), ocupado em 1707, como verdadeiro guardião da cidade, visto esse forte estar instalado na entrada da Baía de Todos-os-Santos. O forte foi detalhado, em 1801, pelo

Santo Antônio transformou-se num soldado das tropas de linha em vários lugares do Brasil. Não só recebeu promoção de posto, mas também percebeu, durante muito tempo, o soldo equivalente. Na Bahia tem-se a notícia de que, em 1707, recebeu dez mil reis, em 1790, recebia 20\$160, em 1816, 36\$000, em 1823, 50\$000 (CONVENTO DE SÃO FRANCISCO: Livro de Contas, 1790-1825).

Como se viu, a Câmara da Bahia pedia a comutação da promessa, - que não cumprira aquela feita no século XVII, especialmente a feitura da imagem nova -, pelo ato de mandar sentar a praça de Santo Antônio, como militar póstumo, com a patente de “capitão intertenido” do Forte de Santo Antônio da Barra, onde, afirmam alguns autores, já tinha a patente de soldado raso. D. Rodrigo da Costa, depois de consultar o Provedor-mor da Fazenda Real da Bahia, ordenara que se sentasse a referida praça e que o soldo fosse entregue ao síndico do Convento franciscano para promover a festa ou ornamentar sua capela. A imagem é tida como sendo a original do período em que o Santo foi provido no posto de capitão, no Forte de Santo Antônio da Barra, hoje Farol da Barra, de autoria desconhecida.

A 21 de janeiro de 1707, os vereadores dirigiram-se a Sua Majestade, pedindo a confirmação da praça do Santo, dizendo

Vossa Majestade foi servido por sua Provisão Real mandar a Vereação desta Cidade que todos os anos celebrasse festa em ação de graça a Santo Antonio de Arguim primeiro Padroeiro da mesma Cidade, assim se tem continuado até o presente, crescendo a devoção na Vereação passada tendo-se assentado Praça de Soldado a Santo Antônio por ordem do Governador apitão General da Capitania Dom Rodrigo da Costa [...] (PMS, 1962, v. 5, p. 115)

A Câmara achou a patente de cabo “limitada”, por isso pediu o posto de capitão intertenido” (PMS, 1962, v. 5, p. 115).

A Carta Régia, de 7 de abril de 1707, confirmou a portaria de D. Rodrigo da Costa. Nela também se encontrava a advertência, feita pelo Rei à Câmara de Salvador. Segundo esse documento, a Câmara não devia fazer despesas com o Santo, por autoridade própria, sem dar conta primeiro ao Rei. Dizia o Procurador da Coroa que se devia revelar, pois a Câmara dera-lhe o título e que, ao “[...] Conselho parece que ao venerável S. Antônio não é justo, depois de se haver sentado esta praça de capitão intertenido, dar-se-lhe baixa nele, merecendo este santo a veneração de todas as criaturas, e muito especialmente nas terra de V. Magestade” (LIVRO DOS GUARDIÃES..., 1978, p. 83), portanto, como a patente tinha sido concedida, o Rei argumentava que não rebaixaria o Santo de posto sem razão, pois só a ele Rei cabia prover e promover os militares. Não era competência nem da Câmara, nem do governo da Capitania.

No século XIX, D. João, o Príncipe Regente, por Decreto de 1810 e patente de 1811, deu o posto de Sargento-mor a Santo Antônio da Bahia, depois de atribuir-lhe o milagre de sua saída honrosa, diante das tropas napoleônicas, que invadiram Lisboa, enquanto a Corte fugia para o Brasil. Dizia o Príncipe Regente que o Santo era de sua “particular devoção”. Já Rei, em 1816, D. João VI passou-lhe a patente de Tenente-coronel de Infantaria. Esse posto foi dado por Decreto de 1814. No mesmo ano, D. João VI conferiu ao Santo a Cruz da Ordem de Cristo (SOARES, 1942).

Durante todo Império, as patentes e os soldos do Santo foram respeitados. Depois da Independência, Santo Antônio da Bahia ganhou “[...] 2 dragonas de cacho, uma banda um florete e umas esporas [...] que o ornavam nas procissões e dias festivos. Nos meados do Oitocentos ganhou uma espada com bainha (LIVRO DOS GUARDIÃES... 1978, p. 39, 55). O soldo foi pago até 1909, na presidência de Afonso Pena, na República. A inclusão do Santo na folha foi impugnada pelo 1º escrivão do Tesouro Nacional, - note-se seu nome -, Antônio de Padua Mamede (DOU, 2 jun. 1912).

Apesar de todos os títulos religiosos e militares, o santo mais popular do mundo português foi substituído por São Francisco Xavier, que também estava incluído nas “festas del Rey”, à revelia da Câmara de Salvador e de Santo Antônio. Foi escolhido, em 1686 e 1855, como padroeiro da Cidade do Salvador, por ter livrado os baianos das epidemias da febre amarela e de cólera, nos anos apontados, respectivamente, com festejos devidos no dia 10 de maio (FÉ CATÓLICA NEWS, s.d), que ocorrem até o presente.

O ritual das Festas de Santo Antônio de Lisboa foi trocada pelas Benções das 3^{as} feiras, com distribuição de pães aos pobres. Santo Antônio de Arguim perdeu-se nas memórias.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Diderot de. Sermão de Santo Antônio na Igreja do Convento de S. Francisco. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Bahia, 1940, v. 66, p. 277 .
- AMARAL, José Alvares. **Resumo cronológica e noticioso da Província da Bahia desde o seu descobrimento em 1500**. 2ed.; Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.
- ATAS CAPITULARES da Provincia Franciscana de Santo Antônio do Brasil, 1649-1891. Introdução e notas de Frei Venâncio Willeke. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1970, v. 286, p. 92-222.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O feudo**: a Casa da Torre de Gardia d’Ávila, da conquista dos setões à Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARBOSA, Cônego Manoel de Aquino. O titular e o padroeiro da cidade do Salvador. In: **Anais do 1º Congresso de História da Bahia**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1950, v. 4, p. 404-440.
- CONSTITUIÇÕES. Lisboa. Constituições do Arcebispado de Lisboa assi as antigas como as estravagantes prieyras e segundas. Agora nouamente impressas or mandado do Illustrissimo & Reverendissimo Senhor dõ Miguel de Castro Arcebispo de Lisboa. Lisboa: Belchor Rodrigues, 1588;
- CONSTITUIÇÕES. Porto. Constituições Synodaes do Bispado do Porto, ordenadas pelo muyto Illustre & Reuerendissimo Senhor Dom Frey Marcos de Lisboa Bispo do dito Bispado &r. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Vniversidade [1585];
- CONVENTO DE SÃO FRANCISCO. **Livro de Contas da Receita e Despesa** deste Convento de N[osso] P[adre] S[ão] Francisco da Cidade da Bahia. Casa Capitular desta Prov[incia] Franciscana de S[anto] Antonio do Brasil desde 1790 athe 1825 e,q[ue] se concluiu e findou. Arquivo do Convento de São Francisco, ms.
- CRONOLOGIA das feitorias portuguesas, 1445. Disponível em: (<https://www.timetoast.com/timelines/cronologia-das-feitorias-portuguesas>). Acesso em: 19 mai. 2022.
- DIÁRIO DA BAHIA. A popularidade de S. Antônio. **Diário da Bahia**. Bahia, 14 jun. 1941. p. 3.
- DIÁRIO DA BAHIA. A popularidade de S. Antônio. **Diário da Bahia**. Bahia, 14 jun. 1947, p. 31.
- DOU. Diário Oficial da União, 2 jun. 1912. Disponível em [Jusbrasi.com.br/diarios/DOU/12/06/12](http://jusbrasi.com.br/diarios/DOU/12/06/12),
- FÉ CATÓLICA NEWS. **Padroeiro de Salvador**, São Francisco Xavier intercede pelos soteropolitanos. s/d. Disponpivel em: fecatolicanews.com.br/noticia/padroeiro-de-salvador-são-francisco-xavier-intercede-pelos-soteropolitanos. Acesso em: 15 abr. 2022.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Entrevista com Martine Linares, Salvador, em 6 de agosto de 2009.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Concilio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: “programa” da arte sacra no Brasil. In: HERNÁNDEZ, M. H. O; LINS, E. A (Eds). **Iconografia**: pesquisa e aplicação em estudos de artes visuais, arquitetura e design (Online). Salvador: EDUFBA, 2016, p. 206-251. Scielo Books. Disponível em: [htps://doi.org/10.7476/9788523218614.0013](https://doi.org/10.7476/9788523218614.0013).
- FLEXOR, Maria Helena Ochi.. (AUTOR 1). Entrevista com Martine Linares, Salvador, em 6 de agosto de 2009
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Santo Antônio de Lisboa... e da Baía. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). **De Cabral a D. Pedro I**: aspectos da colonização portuguesa no Brasil. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001, v. 1, p. 175-191.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Oficiais mecânicos na Cidade do Salvador. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador; Departamento de Cultura; Museu da Cidade, 1974, 90p.GASPAR, Eneida Duarte (Org.). **Santo Antônio para todos os fins**: vida, milagres, orações, simpatias. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

-
- JABOATAM. Antonio de Santa Maria Frei. **Novo Orbe Serafico Brasilico**. Lisboa: Na Officina de Antonio Vicente da Silva, 1756. Parte primeira.
- LIRA, Mariza. Santo Antônio no folclore brasileiro. **Jangada Brasil**, ano X, no 113, jun. 2008. Disponível em: www.jangadabrasil.com.br/revista/junho113/especialo8.asp. Acesso em: 28 ago. 2008.
- LIVRO DOS GUARDIÃES DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA BAHIA, 1587-1862. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1978. (Publicação do IPHAN, 28).
- MARTINS, Fausto Sanches. Normas artísticas das Constituições Sinodais de D. Frei Marcos de Lisboa. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2002; Disponível em: <http://hal.handle.net/10216/9042>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- MOCQUET, Jean. Voyages em Afrique, Indes Orientales et Occidentales. Paris: Henqueville, 1617. Ed. Paris. *Apud* (AUTOR 2). **História da Madeira**. Funchal: Universidade da Madeira, 1992, p. 41-42.
- NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_da_Conceição_Aparecida. Acesso em: 18 mai. 2022.
- O PADROEIRO de Portugal e do Brasil: a festividade de S. Antônio. Bahia: *Diário da Bahia*. Bahia, 13 jun. 1923, p. 1.
- O VII CENTENÁRIO de S. Antônio. Como será comemorada na Bahia, a grande data do culto popular: impressões sobre a vida e devoção do glorioso taumaturgo. **O Imparcial**. Salvador, 13 jun. 1931, p. 1.v
- PACHECO, Maria Clara Monteiro. Apresentação. In: SANTO ANTÔNIO: o Santo do Menino Jesus. *Catálogo*. Portugal: Instituto Português de Museus/ ICEP; São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1996, p. 14-15.
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1800. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- PMS. Prefeitura Municipal do Salvador. **Cartas do Senado** (1625-1710). Bahia, v. 5, p. 115.(Documentos Históricos do Arquivo Municipal).
- PMS. Prefeitura Municipal do Salvador. **Atas da Câmara** (1625-1641). Bahia, 1950, v. 1. (Documentos Históricos do Arquivo Municipal).
- PMS. Prefeitura Municipal do Salvador. **Atas da Câmara** (1641-1700). Bahia, 1949. (Documentos Históricos do Arquivo Municipal).
- SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas:Província da Bahia**. Anotadas por Bras do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937, v. 5.
- PMS. Prefeitura Municipal do Salvador. *Atas da Câmara*, (1751-1765), Bahia. 1996, v. 10. (Documentos Históricos do Arquivo Municipal).
- PMS. Prefeitura Municipal do Salvador. *Provisões Reais* (1641-1680). Bahia: Arquivo da Prefeitura Municipal do Salvador, v. 1, fl. 68, Lº 134, ms.
- RIBEIRO, Frei Bartolomeu.OFM. *Guia de Portugal franciscano, continenntal e insular*, Residência de Leixões/PT,1946, ms.
- SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas:Província da Bahia*. Anotadas por Bras do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937, v. 5.
- SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa militar no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1942. p. XV.
- TITTON, Frei Gentil Avelino, OFM. A reforma da Provincia Franciscana da Imaculada Conceição (1738-1740). Tese de Laurea, s.d. Faculdade de História Eclesiástica, Pontificia Universidade Gregoriana, Roma, s.d. (1ª parte publicada na Revista de História, s.l; s.d.), p. 312. Disponível em: 129535-Texto do artigo-247247-1-10-20170404.pdf. Acesso em: 16 mai. 2022.